

*O Estado de São Paulo*  
*Quinta-feira, 31 de agosto de 2000*

## O GOLIAS DO PRIMITIVISMO ECONÔMICO UM MÍNIMO DE CAPACIDADE ANALÍTICA É IMPORTANTE PARA DAR RESPALDO A POLÍTICAS SENSATAS

*Marcelo de Paiva Abreu*

Mesmo os pouco chegados à religião muito têm a admirar na vida de Antonio Vieira, especialmente seu excepcional domínio da língua portuguesa e a engenhosidade e contundência de suas pregações. Esta admiração aumenta quando são lidos os seus magníficos Sermões Italianos, editados por Sonia N.

Salomão, Sette Città, Viterbo, 1998. Vieira foi compelido pelo geral da Companhia de Jesus a pregar em italiano para a rainha Cristina, que, após renunciar ao trono da Suécia e converter-se ao catolicismo, foi recebida triunfalmente em Roma. "Fallando em língua estrangeira e mal limada", na igreja de São Salvador in Lauro, na quaresma de 1674, confirmou sua reputação como uma das glórias da cultura luso-brasileira. O exórdio de seus "discursos morais" intitulado "As cinco pedras da funda de David" é magistral e encerra lições profundas sobre o uso da prédica: "ai musici lascio io l'arpa e per me prenderò la fionda" ("aos cantores deixo a harpa e para mim tomarei a funda"). Qualquer das cinco pedras, segundo Vieira, seria suficiente para abater o gigante Golias, mas para quem não tem o braço de David, para estar seguro do resultado é necessário repetir o golpe usando todas as cinco pedras.

O Brasil vive hoje um combate duro entre o David da modernização e o gigante Golias do primitivismo das idéias econômicas, inclusive em meio ao que poderia ser considerada em outros tempos a elite intelectual do País.

Exemplo flagrante é o endosso bisonho por parte da CNBB de idéias estapafúrdias quanto à "auditoria" da dívida externa brasileira. Cui bono? A quem beneficia? A que propósito serve? Quem é culpado pela dívida externa brasileira? A função exponencial, que explica o comportamento dos juros compostos, os delírios do Brasil Grande nos anos 70, ou a libertinagem fiscal agravada nos anos 80 e apenas moderada a partir de meados dos anos 90? Se plebiscito coubesse, deveria concentrar a atenção na persistência de enormes distorções distributivas geradas por políticas públicas que incluem o mau uso de recursos, direitos previdenciários diferenciados, e outros aspectos que a cegueira seletiva impede a muitos perceber .

Um sistema de avaliação objetiva de políticas públicas deve fazer parte do arcabouço institucional de uma sociedade efetivamente democrática. No Brasil cabe ao Tribunal de Contas da União avaliar as contas do governo federal. É pena que algumas das avaliações de políticas recentemente divulgadas sejam desfocadas e incompletas, por

exemplo a referente ao regime automotivo. É salutar que se avalie, como foi feito, a renúncia fiscal gerada pelo regime automotivo, especialmente em relação à redução de impostos de importação sobre bens de capital e importações diretas de veículos. Mas a utilidade da avaliação termina por aí. O relatório lamenta a redução de emprego e de salários a despeito dos compromissos do regime cujo objetivo deveria ter sido "evitar as perdas decorrentes da modernização das empresas beneficiadas". Fica obscuro, por um lado, por que as preocupações do TCU se centram em emprego e salário, e, por outro lado, se forem válidas, por que se restringiriam ao setor automotivo. Em nenhum momento é reconhecido o fato elementar de que o regime automotivo implicou aumento da tributação de importação de automóveis muito além do que havia sido fixado originalmente e que este custo foi arcado pelos consumidores.

Apesar disto, alguns "especialistas" propõem a adoção generalizada de outras políticas comerciais estratégicas como panacéia capaz de recuperar o mirrado saldo da balança comercial e em especial fazer crescer rapidamente as exportações. Paul Krugman tem sido citado como defensor de tais políticas.

Que tal ler o que de fato Krugman tem a dizer sobre o assunto? Embora tenha escrito importantes artigos sobre políticas comerciais estratégicas, seu juízo sobre tais políticas é extremamente cauteloso. No seu livro-texto Economia Internacional não é muito reticente: "Na prática, políticas comerciais estratégicas têm conseqüências mais variadas e incertas do que a crença popular poderia indicar... Um exame de exemplos importantes de adoção de políticas comerciais estratégicas não é muito encorajador quanto ao desempenho de governos em atingir os seus objetivos."

Em geral, as incitações à adoção de políticas estratégicas são acompanhadas da explicitação do objetivo de "aumentar o valor adicionado de nossas exportações". O que significa exatamente isto? Que idealmente, no limite, o País só deve exportar bens finais? Não há nenhuma garantia de que mais valor seja adicionado nos estágios finais de processamento de um bem (em relação ao valor bruto da produção) do que em outros estágios. Como assinala Krugman, em geral indústrias com alto valor adicionado por trabalhador são também indústrias altamente intensivas em capital. Não há nenhuma correspondência empírica entre indústrias de "alta tecnologia" e indústrias com alto valor adicionado por trabalhador.

Uma das mais conhecidas vulnerabilidades brasileiras é o baixo nível médio de educação da população: o País é extremamente pobre em capital humano. Mas talvez tão grave seja o primitivismo de parte de sua elite quanto à real natureza dos problemas que nos afetam.

-----

\*Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio